

Questão Social na Amazônia: percepções sobre as condições de vida dos produtores de malva da Costa da Águia – município de Parintins/Am.

Sandra Helena da Silva¹

Mayara Viana de Lima²

Nadma Oliveira de Azevedo³

Universidade Federal do Amazonas

Resumo: As comunidades de área de várzea apresentam peculiaridades que trazem para a vida dos seus moradores inúmeros desafios. O acesso à serviços essenciais como educação, saúde, água potável, energia elétrica ocorre de forma muito limitada devido as características das áreas de várzea que apresenta grande variedade sazonal, cujos ciclos de cheia e seca constituem difíceis condições à obtenção desses serviços básicos. A partir disso, o presente estudo pretende discorrer sobre as expressões da questão social na comunidade de várzea Costa da Águia, situada à 40 km do município de Parintins – Amazonas.

Palavras-chave: Questão Social; Comunidade de Várzea; Condições de Vida.

Abstract: The communities of the floodplain show peculiarities that bring to life its residents numerous challenges. Access to essential services such as education, health, drinking water, electricity is very limited due to the characteristics of lowland areas featuring seasonal variety, whose cycles of flood and drought conditions are difficult to obtain such basic services. From this, the present study is to analyze the expressions of social issues in the community floodplain Coast Eagle, located 40 km from the city of Parintins - Amazon.

Keywords: Social Issues, Community of Lowland; Basic Services.

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia; docente do curso de Serviço Social Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas/UFAM.

2 Acadêmica do Curso de Serviço Social Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas/UFAM.

3 Acadêmica do Curso de Serviço Social Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas/UFAM.

Introdução

A região Amazônica se caracteriza por dois grandes tipos de ecossistemas. As terras firmes que são áreas relativamente altas que não são inundadas e as terras de várzeas que são as áreas baixas nas beiras dos rios sujeitas às inundações durante as enchentes, as quais acompanham o curso do rio Solimões/Amazonas.

As comunidades ribeirinhas nas áreas de várzea apresentam especificidades culturais, políticas e sociais que lhe são próprias. Os modos de vida das populações ribeirinhas se caracterizam, sobretudo, pela relação com a natureza, particularmente pela forma como vive e se relaciona com a diversidade dos sistemas regionais. Estas comunidades em sua maioria esquecidas pelas ações públicas enfrentam inúmeros desafios da vida e da natureza que se expressam nas manifestações da questão social.

Neste contexto específico encontramos problemas de todas as ordens como a questão do acesso a terra, as dificuldades no escoamento da produção, as precárias condições de saúde e educação, saneamento básico e a ausência de trabalho inclusivo e decente.

Discorrer sobre as condições de vida vivenciadas pelos povos ribeirinhos da comunidade Costa da Águia foi o objetivo central deste estudo, abordando sobre os principais desafios apontados pelos

moradores desta comunidade, uma vez que por ser tratar de área de várzea os serviços essenciais para a sobrevivência humana são limitados e de difícil acesso.

Nessa perspectiva, pretende-se contribuir para a discussão sobre as estratégias para a implementação de políticas públicas para atender as necessidades da população rural de área de várzea, que possuem especificidades que lhe são próprias.

Procedimentos metodológicos

O procedimento metodológico desta pesquisa compreende a abordagem qualitativa e como técnica de pesquisa foi utilizada a observação sistemática, desenvolvida ao longo da pesquisa de campo. Segundo Chizzotti, “a observação sistemática ou estruturada consiste na coleta e registro de eventos observados que foram previamente definidos” (2006, p. 53). Esta técnica permite que o observador esteja em contato direto com o fenômeno observado, haja reflexão pessoal, a descoberta de novos problemas e coleta de dados que seriam impossíveis mesmo através de entrevistas; como segunda técnica de coleta de dados foi realizada a entrevista com roteiro de perguntas relativas à produção rural, trabalho, políticas públicas, condições socioeconômicas.

Para o embasamento teórico foi desenvolvida pesquisa bibliográfica englobando textos, artigos científicos e livros

que tratam das temáticas relativa a pesquisa: Questão Social, Várzea, Comunidades Rurais. Os sujeitos desta pesquisa foram 17 mulheres moradoras da comunidade Costa da Águia. Este trabalho é parte de uma pesquisa de Iniciação Científica, realizada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Condições de vida dos produtores de malva da Costa da Águia

A Comunidade Costa da Águia fica localizada a 40 km do município de Parintins, as margens do rio Amazonas. Parintins é um município brasileiro localizado no interior do Amazonas, próximo à divisa com o Estado do Pará, Região Norte do país. Com uma população de 103.828 habitantes, configura-se como o segundo município mais populoso do Estado. Trata-se de um dos pontos turísticos mais importantes da Amazônia devido ao Festival Folclórico que ocorre todos os anos com a apresentação dos bois Caprichoso e Garantido. O acesso à cidade se dá principalmente via transporte fluvial, muito comum na região amazônica.

Fundada em [14 de março](#) de [1853](#), Parintins é uma cidade em desenvolvimento que assim como as outras cidades enfrenta problemas de toda ordem, como fragilidade na saúde pública, falta de emprego, falta de políticas de habitação e saneamento básico. Quanto à economia, Parintins tem como principais pontos de movimentação

econômica a agropecuária e o setor comercial, contando hoje com mais de 1.500 estabelecimentos varejistas e atacadistas dos mais diversificados produtos. No setor de serviços, encontram-se grande parte da população devido à escassez de emprego na cidade, atuando na informalidade. A mão de obra formal é constituída praticamente pelos funcionários públicos (Federal, Estadual e Municipal) e empregados no comércio local.

A cinco horas de viagem de barco e trinta minutos de lancha de Parintins, a Comunidade Costa da Águia é uma comunidade tradicionalmente de várzea na qual residem em média 20 famílias que vivem basicamente da agricultura e da pesca de subsistência. Não existem dados precisos quanto a seu tempo de existência, mas a partir das entrevistas realizadas com a moradora mais antiga da comunidade, estima-se que a mesma possui mais de 70 anos.

Para tratarmos da comunidade pesquisada, é necessário realizar uma discussão acerca do que entendemos por comunidade. O conceito de comunidade utilizado em nossa pesquisa compreende “[...] um agregado humano que reside em uma mesma localidade territorialmente limitada, onde várias pessoas interagem entre si e possibilitam a sustentação de instituições coletivas, tais como: a escola, a igreja, as associações, entre outras [...]” (FERREIRA, 2009, p. 56). É válido ressaltar que não

constitui objetivo dessa seção realizar uma análise profunda da conceituação de comunidade, uma vez que a pesquisa é sobre as expressões da questão social em uma comunidade específica de área de várzea de Parintins.

Reportando-nos ao conceito de Ferreira (2009), a comunidade Costa da Águia se caracteriza pelo modo simples de vida tendo em média 20 famílias que vivem basicamente de atividades de subsistência. A atividade produtiva predominante é a agricultura de fibras (juta/malva), sendo esta pouco valorizada, uma vez que apesar da grande produção os preços comerciais são baixos.

Além disso, as famílias realizam a pesca e agricultura para consumo próprio – milho, jerimum, melancia, maxixe, banana, hortaliças – que de acordo com a necessidade ou produção são também comercializadas. Algumas famílias se dedicam ainda à criação de animais de pequeno porte – porcos, galinhas, patos. Todas as famílias pesquisadas são cadastradas nos programas sociais federais, recebendo especificamente o bolsa família.

Para adquirir bens e serviços, os comunitários se deslocam às agrovilas próximas, sobretudo para a compra de gêneros alimentícios, produtos de limpeza e gasolina/diesel. Além disso, devido aos períodos de cheia dos rios, comuns nas áreas de várzea, os moradores se deslocam para as

áreas de terra firme, principalmente para áreas mais próximas como agrovila do Caburi e Mocambo. As margens do rio Amazonas estão sujeitas as inundações sazonais no período de seis meses aproximadamente, devido a heterodinâmica do rio que transforma continuamente a região. De acordo com Lima (2005, p. 11),

Ao longo dos 3.000 km de extensão do rio Solimões/Amazonas, em terras brasileiras, ocorrem dois tipos de ambientes: a várzea, como é chamada a área de planície inundada anualmente, e a terra firme, terras altas que consistem em extensões do platô do período terciário que alcançam as bordas do rio. Esses dois tipos de ambientes se alternam ao longo das margens do rio, e neles moram populações ribeirinhas que, embora vizinhas, apresentam modos de vida diferenciados.

A área de abrangência da comunidade é composta por uma pequena igreja católica, uma sede para realização da catequese e reuniões, além de uma pequena escola de ensino fundamental, sendo o nível fundamental incompleto a escolaridade predominante entre os pesquisados na comunidade, dados estes obtidos por meio das observações e entrevistas.

Os professores responsáveis por lecionarem as aulas na comunidade são de outras comunidades ou mesmo da cidade de Parintins, que ficam durante os cinco dias da semana na comunidade e nos finais de semana retornam às casas dos familiares. A partir das visitas realizadas na comunidade e das entrevistas com os moradores podemos

destacar a precariedade das condições de vida na localidade. As famílias residentes na comunidade são em sua maioria extensas, formadas por avós, pais, filhos e netos.

Como meios de lazer, a comunidade realiza torneios de futebol e o arraial do santo padroeiro. A energia elétrica é obtida por meio de motores a diesel, desta forma torna-se restrito apenas àqueles moradores que possuem condições de obter um motor de luz e o combustível para seu funcionamento. O uso desses motores é mais frequente no período noturno, por uma média de duas horas. O funcionamento dos mesmos quebra o silêncio da noite. Os que não possuem condições de obter o motor utilizam lamparinas e lanternas.

Outro problema enfrentado pelos moradores é o difícil acesso à água pelo fato das residências serem distantes do rio, além disso, o trajeto enfrentado pelos moradores em busca da água é bastante arriscado, em especial no período da seca, onde as águas do rio diminuem formando barrancos, de três a quatro metros de altura, os quais precisam ser escalados. A retirada da água do rio e o abastecimento da mesma nas casas é uma tarefa predominantemente feminina por ser considerada uma atividade doméstica dentro da divisão sexual do trabalho na comunidade. As mulheres ou crianças continuamente buscam as águas em baldes, os quais são carregados nas cabeças, é uma rotina estafante no dia a dia destas pessoas. As

quedas são constantes, além das dores nas costas, braços e pernas ao final do dia, conforme relatado pelas mulheres entrevistadas.

Na agricultura, estudos demonstram (DESER – CEMTR/PR, 1996) que o trabalho familiar ainda mantém desigualdades de gênero, privilegiando o homem-marido enquanto chefe da família e da propriedade as mulheres devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar [...]. Os homens devem cuidar das atividades produtivas voltadas para o mercado enquanto consideram que as mulheres apenas “ajudam” o que reflete a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade, já que as tarefas domésticas não geram renda monetária. (SCHNEIDER; SILVA, 2010, p.189)

Ainda devido ao não acesso dos moradores ao saneamento básico, os comunitários, adultos e crianças, bebem água não tratada. Os moradores, geralmente, colocam hipoclorito na água que retiram dos rios para assim consumi-la, mas a falta de um tratamento mais adequado acarreta doenças aos moradores, sendo as crianças as mais afetadas.

Em relação à educação, o acesso ocorre de forma precária. A infraestrutura da escola revela uma realidade fragilizada. A escola é construída de madeira, possuindo apenas um cômodo na qual são ministradas aulas para todos os anos em classes multisseriadas; o material didático é pouco ou quase nenhum, uma vez que os que estão na escola encontram-se muito danificados. Os professores não possuem

residência própria, moram em seu local de trabalho, são contratados pela prefeitura de Parintins e residem na comunidade durante o período letivo. Assim como nas outras residências, a água oferecida para os alunos na escola não recebe nenhum tipo de tratamento. A merenda oferecida aos alunos é preparada por uma moradora da própria comunidade contratada pelo município.

Quanto à saúde, a comunidade não dispõe de um posto que ofereça atendimentos ou mesmo remédios para os moradores nos casos mais urgentes, contam apenas com uma agente comunitária de saúde que realiza visitas domiciliares uma vez por mês, encaminhando as demandas para as localidades mais próximas onde se encontram enfermeiros e outros profissionais de saúde atuando em postos. Na maioria dos casos, moradores que apresentam algum tipo de doença acabam se automedicando ou recorrendo à medicina tradicional, principalmente preparos com mel de abelha, xaropes, chá de casca de pau, castanhas, alho, amor crescido. Os casos mais graves de doenças ou acidentes de trabalho são encaminhados para o município de Parintins por meio do transporte denominado “ambulancha”, uma lancha específica para o transporte de doentes que é disponibilizada pelo município.

No aspecto econômico destaca-se o cultivo de fibras – juta e malva, como a principal fonte de renda da comunidade. Um

ponto que chama atenção é o fato de que o desenvolvimento do trabalho com as fibras segue o mesmo padrão de produção desde os anos 40 do século XX, trazendo ainda hoje sérias consequências para a saúde ambiental dos trabalhadores, que em geral são homens, mulheres e adolescentes.

Problemas relacionados às picadas de animais peçonhentos, reumatismo, problemas ginecológicos nas mulheres, entre outros. O processo de produção das fibras de juta/malva é realizado de forma manual, sendo um trabalho totalmente insalubre. Os trabalhadores durante o período de colheita permanecem uma média de oito a dez horas por dia submersos com água até a cintura, durante toda semana. Este processo ocorre geralmente nos meses de março, abril e maio, todos os anos, que é o período de cheias dos rios. Ainda que seja uma atividade periculosa e desgastante, com poucos incentivos por parte do governo do Estado, este cultivo permanece como uma fonte de renda importante para a agricultura familiar da região.

A cultura da juta/malva é desenvolvida a partir da força de trabalho familiar, com mulheres e crianças realizando outras atividades de sobrevivência, auxiliando na aquisição da produção. O homem como chefe da família e organizador do processo produtivo, visto que este processo ainda nos dias de hoje depende exclusivamente da força de trabalho. É

comum a participação de parentes na forma de ajuda mútua.

As mulheres nesse contexto se apresentavam nos setores de costura, fiação e montagem, basicamente como complemento do trabalho do homem. No processo de trabalho da juta/malva, as mulheres aparecem em todas as etapas do processo produtivo, menos no processo de comercialização, pois nessa fase o homem é o principal ator. No período de colheita, a mulher é chamada para aumentar a força de trabalho, ocasionando assim uma dupla jornada de trabalho, executando tanto os trabalhos domésticos como na lavoura. Os meninos trabalham na parte da semeadura e de puxar feixes, as meninas cuidam da casa, dos irmãos mais novos e do abastecimento de água para a casa e para a família.

O cultivo da juta/malva se caracteriza pelo uso do trabalho manual, com auxílio de poucos instrumentos, porém com uma boa produtividade [...]. (NODA, 2010). O processo é visto então como uma forma de trabalho conjunta e de ajuda mútua, tendo como principal característica o uso do trabalho manual.

Noda (2010) afirma que “as formas de ajuda mutua sempre foram constantes no Brasil. [...] essa forma [...] denominada localmente como ajuri, puxirum ou putirum era uma espécie de mutirão e se caracterizava como uma relação de trabalho com aspectos tradicionais” (p. 125). Esses tipos de ajuda

tornam-se uma necessidade, pois para os que trabalham com a fibra, quanto mais ajuda tiver, melhor e mais rápido será o processo produtivo. Essa prática é utilizada não somente no processo de trabalho da juta/malva, mas em diversas atividades que envolvem cultivos agrícolas, assim como a limpeza dos campos, na produção de alimentos para próprio consumo.

Na comunidade pesquisada, foi possível observar algumas formas de organização social para a produção, nas quais prevalece a forte presença das atividades agrícolas voltadas para o consumo e mesmo aquelas para a comercialização. Assim, homens e mulheres se juntam em quase todas as etapas de produção da malva. Segundo Fraxe (2000), “essa prática de ajuda mútua aparece mais nos períodos de subida rápida do nível das águas, principalmente no período da colheita. Para quem produz na várzea, a subida repentina do nível das águas pode ser sinônimo de perda total da lavoura” (p. 94).

Eles veem como um meio de acelerar o processo de produção, uma vez que nem todos têm condições econômicas de contratar mão de obra para o trabalho e, como eles próprios falam, “a água não vai esperar por nós”. Assim, esses são obrigados a cortar a plantação antes que o nível das águas subam e leve embora a produção. O mesmo ocorre nas plantações dos outros produtos, no qual a

família, de maneira geral, se une para acelerar a plantação e a colheita.

Os produtores da comunidade Costa da Águia, além de plantar a malva para comercializar, também plantam outros produtos como melancia, mandioca, maxixe, banana e algumas hortaliças. Realizam a criação de gado bovino e bubalino, porco, galinhas e patos que são para consumo próprio e, às vezes, para comercialização.

Desafios enfrentados pelos trabalhadores da Malva

Inúmeros são os desafios enfrentados pelos trabalhadores de juta e malva que vão desde suas condições de trabalho até a forma como as fibras são comercializadas. A atividade de cultivo da juta e malva é uma modalidade agrícola cujo processo de trabalho ainda é bastante insalubre, cercado de muitos riscos para a saúde daqueles que o praticam (WITKOSKI, 2010).

Na etapa da produção, chamada de desfibrilamento, o trabalhador é obrigado a passar várias horas dentro d'água, ficando exposto a inúmeros riscos. Esse é o momento mais árduo do processo e um dos grandes desafios enfrentados pelos agricultores.

Para os trabalhadores da comunidade, a insalubridade a qual estão expostos durante todo o processo produtivo da malva poderia ser praticamente eliminada a partir da introdução de novos métodos de obtenção da fibra que fundamentalmente retirasse o

trabalhador de dentro da água e, também, que acelerasse o processo de desfibrilamento.

A introdução de roupas apropriadas para os trabalhadores na qual pudessem se isolar do contato da água ou mesmo a introdução de máquinas descortificadoras poderia ser uma alternativa para essa questão apresentada.

Outro desafio enfrentado pelos trabalhadores está relacionado à concorrência da fibra produzida no país com as sacarias originárias de outros países. Os produtos apresentam custos menores e chegam ao mercado brasileiro com preços bem reduzidos ante aos produzidos na terra.

Witkoski (2010) afirma que “[...] os 'fantasmas' da concorrência externa continuam acompanhando e 'assombrando' a economia do Estado. Foi assim com a borracha que não conseguiu vencer a concorrência da borracha asiática [...] e o quadro se repete com a cultura da juta e malva [...] que foi suprida pela concorrência externa das fibras sintéticas” (p. 413).

Outro problema que assola os agricultores dessa cultura é o baixo preço oferecido, pois trabalhar 8 a 10 horas por dia e receber apenas o valor correspondente a essas quantidades de fibra é pouco, considerando-se a quantidade produzida diariamente por cada trabalhador ou trabalhadora e o preço de um quilo de fibra de malva e juta.

Mesmo que o Governo do Amazonas tenha estabelecido um preço mínimo de R\$ 1,75 para o quilograma do produto a fim de proteger malvicultores e juticultores, estes continuam recebendo pouco, considerando o tempo de trabalho e os riscos de vida a que estão expostos diariamente em tempos de colheita.

A distribuição ou comercialização das sementes de juta também torna-se um dos desafios. Além de o produtor depender do governo para receber sementes, ainda tem que passar pelo período de escassez das mesmas. Segundo relatos dos entrevistados, no ano de 2012 o governo do Amazonas não disponibilizou para os trabalhadores as sementes de juta, resultando somente na plantação de malva.

Quanto à comercialização, com o fechamento da unidade da Companhia Têxtil de Castanhal (CTC) em Parintins, os produtores ficaram totalmente dependentes de um único comprador, que determina o quanto e quando irá pagar pela produção, além do mesmo não fornecer nota fiscal, o que impossibilita aos agricultores terem acesso ao subsídio, de R\$ 0,20 por quilo, definido pelo Governo do Estado do Amazonas.

É notório o quadro de abandono que sofre o produtor da fibra, nas margens do rio Amazonas. Esse quadro pode até ter evoluído de forma positiva, muito embora ainda esteja

longe de se dá a essa população uma melhor qualidade de vida.

As moradias que dão abrigo a esses moradores das áreas de várzeas, que durante um bom período ficam submersos em função das cheias dos rios, são em sua quase totalidade sem as mínimas condições de acomodar as famílias, em geral extensas, não oferecendo segurança e conforto aos seus habitantes. A seguir imagens das casas da comunidade pesquisada.



Figura 01 - Imagens de casas na comunidade

Fonte - Pesquisa de campo, 2013

Outro fator esta relacionado à questão da água potável para os moradores das comunidades do Amazonas. São péssimas condições de vida para aqueles que contribuem para a economia local por meio dessas culturas. Doenças como verminose, diarreia e outras são comuns, dado que a água consumida é retirada do rio sem nenhum tratamento adequado.

Contudo, a falta de políticas públicas contínua: sem melhoras nos preços do quilograma da juta/malva, com alta carência de tecnologias para fortalecer condições positivas de trabalho; e ainda, sem a garantia da compra da produção, da aquisição de sementes, além de inúmeras dificuldades de transporte e escoamento das fibras.

Os produtores de malva e/ou juta são reféns dos agentes da comercialização, assim como do governo, sempre com políticas carentes e seletivas. Mas, embora existam todos esses desafios a serem enfrentados pelos trabalhadores, esse é o meio que os mesmos encontram para sobreviver, pois trabalhar e garantir a sobrevivência de sua família é mais importante que qualquer dificuldade.

Na comunidade Costa da Águia, ainda que o trabalho com a malva seja degradante e insalubre, ele é importante para a sobrevivência das famílias. Mesmo com a plantação de outros produtos, essa produção

é a que mais rende. O cultivo da fibra possui uma questão cultural implicada. As famílias residentes da comunidade herdaram seus fazeres de familiares, o que para alguns é visto com orgulho, pois estão dado continuidade naquilo que seus avós e pais faziam.

Políticas públicas para os agricultores familiares em área de várzea

Enfrentar os desdobramentos das desigualdades sociais significa trabalhar com políticas que visem justiça social, a partir do papel do Estado, a fim de que não ocorra apenas a “gestão da pobreza”, mas principalmente que se materializem elaboração, implementação e execução de programas sociais comprometidos com especificidades das regiões de várzeas amazônicas.

As comunidades das áreas de várzea possuem especificidades que expressam a questão social em âmbito local. Tais expressões se transformam em grandes distâncias que separam os municípios amazônicos, próximos ou distantes da capital, com dificuldades semelhantes no que diz respeito à produção, escoamento, desenvolvimento regional e oferecimento de serviços de saúde, educação, energia elétrica, entre outros.

Determinações geográficas, históricas, econômicas e políticas são necessárias para que indivíduo, comunidades

e populações usufruam em busca de uma conjunção de políticas públicas necessárias na efetivação da cidadania plena. A pobreza inserida nos processos de exclusão nas comunidades de área rural de várzea coloca os indivíduos e grupos sociais em situação de sujeitos destituídos de cidadania, dignidade, esperança e vida melhor.

O excluído torna-se assim um desfilhado (CASTEL, 1995) dos processos de trabalho e de proteção social e, como tal, sem lugar na sociedade. O conceito de exclusão ultrapassaria a própria noção de desigualdade social e classes sociais, uma vez que a exclusão se fundamenta na ausência de lutas e reivindicações.

A população ribeirinha vive em condições precárias, uma vez que a maioria não alcança o ensino fundamental completo e, em pleno século XXI, muitos não possuem nem mesmo existência civil e, em geral, são esquecidos pelos gestores das políticas públicas federais, não tendo acesso à assistência educacional de qualidade e assistência sanitária.

Além disso, as políticas públicas, quando criadas para o atendimento das necessidades deste seguimento populacional, não são levadas em consideração suas especificidades culturais, políticas e sociais próprias. Conclui-se que o grande desafio a ser enfrentado na realidade atual amazônica é a inclusão social dos povos amazônicos, em especial os moradores de várzea, levando em

consideração características dessas populações.

O contexto de precariedade nas condições de vida dos ribeirinhos nos faz perceber que as políticas sociais criadas para responder às demandas desses sujeitos são excludentes e dissociadas de suas vidas. Teixeira (2005) traz para a atual conjuntura a criação e execução de uma política de reforma agrária capaz de tirar as famílias da estagnação. Uma política educacional que atenda não só o ensino fundamental, como é comum nas comunidades de várzea, mas que atenda aos três níveis de ensino.

Seria necessária ainda a criação de uma política de seguridade social com saúde universalizada, estando acessível a qualquer localidade, além de uma política cultural que respeite valores e princípios dos povos que habitam a Amazônia e levem em consideração suas tradições.

Considerações finais

A população ribeirinha enfrenta desafios em seu cotidiano que se tornam maiores para as populações das áreas de várzea, tendo em vista estas possuírem seu modo de vida determinado pelos ciclos sazonais de cheia e vazante dos rios. Discutir sobre a realidade Amazônica é sempre um desafio e as desigualdades sobressaem em um espaço permeado pela biosociodiversidade.

Por conta disso, há um descompasso entre as políticas direcionadas à região e demandas da população local, sendo que projetos implementados sem priorizar as reais necessidades dos diversos cenários geográficos são costumeiros, o que concorre para mergulhar populações em um cenário de abandono e exclusão social.

Referências

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. 3. Ed. rev. E ampliada, 2. Reimpr. – São Paulo: EDUC, 2011. p. 21 – 54.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências humanas e sociais**. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Trabalhadores da Malva: (Re)produção material e simbólica da vida no Baixo rio Solimões**. Manaus: UFAM, 2009.

LIMA, D. (Org.). **Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibama, Provárzea, 2005, p. 11.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, Trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. O desafio da inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico. In: SCHERER, Elenise. **Questão Social na Amazônia**. 2009. P. 23 – 35.